

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O que vem por aí

Se o governo conseguir que o projeto antifacção tramite separadamente da proposta antiterrorismo, já será uma vitória. Embora o PT esteja disposto a tomar as rédeas desse tema — fará, inclusive, um seminário no Rio de Janeiro —, vai ser difícil ficar com a relatoria do projeto antifacção. Se quiser aprovar a proposta à parte do antiterrorismo, terá que ceder para os partidos de centro ligados ao setor de segurança pública.

E o Centrão?

Apesar dos pesares, pretende continuar na base. Alguns deputados que perderam indicados voltaram atrás, de acordo com parlamentares ligados ao governo. Há expectativa de reversão de exonerações nos escalões mais baixos e de novas nomeações antes dos “testes” no Plenário.

Celeiro do mundo

No embalo da COP30, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) faz questão de defender o agro brasileiro em todos os fóruns internacionais de que tem participado. Ontem, por exemplo, no Lide Brasil Reino Unido Forum, lembrou que, mesmo com o aumento de 450% na produção do agro em 20 anos, a expansão territorial foi modesta. “Se nós formos somar a área utilizada pela nossa pecuária, aí essa somatória chega a 30% do nosso território”, disse. Leia mais no *Blog da Denise*.

Oposição quer juntar projeto antifacção ao antiterrorismo

A proposta do governo para conter as facções criminosas no Brasil sofre resistência antes mesmo de chegar ao Congresso. Coordenador da bancada da bala, o deputado Alberto Fraga (PL-DF) disse à coluna que “este é o caminho, porque o projeto não traz novidades”.

A contar pelo que foi dito até agora sobre o texto que o governo enviou, ontem, ao Parlamento, o parlamentar considera a proposta um apanhado de leis que já foram votadas pelo Congresso ou de textos em tramitação. “São propostas repetitivas. O governo já perdeu esse debate”, completa.

Risco total/ A assinatura do projeto antifacção foi a forma que o governo encontrou para dar uma resposta a essa posição da Câmara, de colocar em votação o texto do deputado Danilo Forte (União-CE) antes da PEC da Segurança Pública. Para completar, o projeto de lei apresentado pelo parlamentar será relatado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP), secretário licenciado de Segurança de São Paulo. O governo quer ver se consegue empatar ou embaralhar esse jogo. Só tem um probleminha: se os líderes aceitarem a sugestão de Fraga, a proposta do governo ficará sob a caneta de Derrite.



CURTIDAS

Crítica/ Ainda repercutu no meio político e jurídico o pedido de perdão “por erros e omissões judiciais cometidos durante a ditadura” feito pela presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha **(foto)**, na cerimônia inter-religiosa pelos 50 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog, amplamente divulgado no sábado passado, na Catedral da Sé. Até aqui, a única crítica pública veio do ministro Carlos Amaral, do STM, ao dizer, durante sessão da Corte, que “discorda totalmente” da fala da presidente e foi mais além: “Nego essa delegação” e “em nada agrega a abordagem política”.



Carlos Moura/CB/D.A Press

A resposta de Elizabeth/ A ministra respondeu ao colega: “Não tenho nada a acrescentar sobre meu pronunciamento em São Paulo, no último fim de semana. O que eu tinha a dizer sobre essa questão foi dito na Catedral da Sé. Numa democracia, que é o regime político que eu defendo, as dissidências e opiniões contrárias devem ser ouvidas e toleradas”.

Solidariedade/ A maioria das manifestações em redes sociais, e até em gestos, tem sido favoráveis à atitude de Maria Elizabeth. Da África do Sul, onde estava em viagem oficial, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, por exemplo, fez questão de providenciar o envio de flores à magistrada, com uma carinhosa mensagem agradecendo-a pela coragem.

Assunto polêmico/ O senador Irajá Silvestre (PSD-TO) classificou a regulamentação dos cassinos como o maior desafio da sua carreira pública. “Existe uma grande diferença entre o jogo de azar e o jogo consciente”, afirmou, na participação no Lide Brasil Reino Unido Forum. “A legalização dos jogos no Brasil significa a geração de milhões de novos empregos aos brasileiros, investimento de bilhões de reais no país, sem contar o crescimento e o impulsionamento que isso significará no turismo nacional, uma indústria que está aí adormecida”.

Veja bem/ O posicionamento de Irajá Silvestre não é consensual na Casa e conta com a oposição ferrenha das bancadas religiosas. As apostas são de que, às vésperas de ano eleitoral, ficará difícil até debater esse tema.

» Entrevista | MENDONÇA FILHO | RELATOR DA PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

Parlamentar promete texto que integre forças de segurança, fortaleça canais de inteligência e mantenha autonomia de estados e DF

“Dominar território equivale a terrorismo”

» DANANDRA ROCHA

Relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, o deputado Mendonça Filho (União-PE) adverte que se o crime organizado não for enfrentado com firmeza, o Brasil pode se tornar um narcoestado. Por isso é que considera inadmissível que criminosos que dominam territórios — por meio do uso de armamento de guerra, praticando a eliminação de inimigos e decretando “leis particulares” — não sejam comparados a terroristas. O deputado, porém, garantiu que buscará um texto capaz de “harmonizar” a atuação de União, estados e municípios, mas sem transferir o comando operacional das polícias para Brasília. Leia os principais trechos da entrevista ao Correio.

O senhor afirmou que o Brasil caminha para se tornar um narcoestado se nada mudar. Em que medida a PEC pode evitar que crises como a do Rio se repitam?

De acordo com um estudo recentemente divulgado, mais de 50 milhões de brasileiros vivem sob a influência ou domínio de territórios controlados pelo tráfico e organizações criminosas. Isso significa que cresce na realidade brasileira a presença do crime organizado, cada vez com maior poder, interferindo nas cadeias econômicas de fornecimento de gás, de internet e atuando no setor de combustíveis — entre outros. É por isso que disse que, se o Brasil não reagir, o Estado vai perder o país para o crime organizado.

A crise no Rio escancarou o avanço de facções sobre territórios inteiros. Que instrumentos a PEC cria para enfrentar esse poder paralelo?

É preciso ter firmeza nos procedimentos relativos às organizações tipificadas como criminosas, como o tráfico de drogas em alta escala, e milícias, com poderio militar, como ocorreu no Rio de Janeiro — com fuzis, drones, barricadas... Um estado em situação de guerra pura. Essa realidade impõe, necessariamente, que a gente tenha um debate consistente e possa

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Mais de 50 milhões de brasileiros vivem sob a influência ou domínio de territórios controlados pelo tráfico e organizações criminosas. Significa que cresce a presença do crime com maior poder, interferindo nas cadeias econômicas”

punir, da melhor maneira possível, quem comete, quem compõe e, sobretudo, quem lidera essas organizações. Ou seja: com penas duras e sem direito a progressões, como hoje é praticado para os criminosos de crimes comuns. Crime que domina territórios é comparável ao terrorismo, que usa armamento de guerra, drones para atacar a polícia e pratica assassinatos e eliminação de inimigos ou de colaboradores, a partir de sentenças sumárias decretadas pelo crime organizado. Tudo isso compõe um quadro inaceitável. Essas pessoas, quando pegas e enquadradas, devem ser punidas de forma exemplar.

Críticos dizem que a proposta pode abrir caminho para uma centralização da segurança nas mãos da União. Como o seu relatório evita isso, sem

comprometer a integração nacional?

Oitenta por cento dos recursos investidos na segurança pública vêm dos estados. A União colabora com apenas 12%. Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, sob controle do governo federal, neste ano de 2025 devem totalizar uma aplicação de apenas R\$ 2 milhões. Ou seja: o investimento federal na área de segurança pública é pouco significativo. Além disso, do ponto de vista administrativo e operacional, é impossível em um país das dimensões do Brasil, com 27 unidades da Federação e 5,5 mil municípios, centralizar em Brasília toda a política de combate à violência e de provisão de segurança pública. Há de se ter uma operação estadual. Por isso, defendi, quando da tramitação na Comissão de Justiça da Câmara (CCJ), o espírito da descentralização e reitero que esse deve

ser o caminho. Isso não impede que tenha cooperação e integração entre os estados e o governo federal.

Como o seu relatório trata da cooperação entre forças policiais que, hoje, muitas vezes atuam de forma descoordenada?

É preciso ter colaborações com relação à padronização de boletins de ocorrência e de bancos de dados de criminosos que possam ser compartilhados. É preciso ter atuação conjunta e colaborativa das chamadas polícias científicas e, sobretudo, inteligência. A inteligência para a área policial é vital e entendo que há de se ter um espaço de compartilhamento de informações de inteligência que possam facilitar o combate ao crime do governo central junto aos estados. E também dos governos estaduais e municipais junto à União.

Identificados 99 criminosos

» IAGO MAC CORD*

Noventa e nove dos 117 suspeitos mortos no confronto, de terça-feira, entre policiais e integrantes do Comando Vermelho (CV), nos complexos da Penha e do Alemão — Zona Norte do Rio de Janeiro —, foram identificados. Desses, 42 tinham mandados de prisão em aberto e 78 apresentavam histórico criminal relevante ou anotações por delitos graves.

Segundo a Polícia Civil fluminense, 33 dos 113 componentes da facção vêm de fora do Rio de Janeiro. Além disso, 40 dos 99 mortos identificados são criminosos de outros estados onde o CV tem braços com quadrilhas locais. Treze são do Pará, sete do Amazonas, seis da Bahia, quatro de Goiás, quatro do Ceará, três do Espírito Santo, um da Paraíba e um do Mato Grosso.

Entre aqueles que estavam nos complexos de favelas, foram identificados alguns cabeças da facção mortos, como “Russo”, apontado chefe do tráfico de Vitória; “Chico Rato”, que comandava a venda de drogas em Manaus; “Mazola”, que controlava a facção em Feira de Santana (BA); e Fernando Henrique Santos, principal figura do CV em Goiás.

Balanço feito pelo secretário de Polícia Civil do estado, Felipe Curi, o grupo de comunidades do Alemão e da Penha tornou-se o quartel-general “do Comando Vermelho a nível nacional”. Ele afirmou que é daquela localidade que “partem todas as ordens, decisões e diretrizes da facção para todos os outros estados onde o Comando Vermelho tem atuação”.

Curi frisou que os complexos eram também base nacional de formação de soldados do tráfico, onde é ensinado manuseio de armamento e táticas de guerrilha.

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**